

Franklim Marques¹

EDITORIAL | EDITORIAL

Nos dias 25 e 26 de outubro deste ano, assistiu-se pela primeira vez primeira à greve geral dos farmacêuticos que trabalham no Serviço Nacional de Saúde (SNS) a qual se traduziu numa paralisação global do quadro de farmacêuticos do SNS, ainda que tenha havido a preocupação de assegurar os serviços mínimos em todas as unidades, nos termos da legislação.

Esta paragem é fruto de um descontentamento associado ao processo de regulamentação da Carreira Farmacêutica no SNS. Aos problemas de remuneração e progressão na carreira, somam-se entraves diversos agregados ao acesso e equiparação à Residência Farmacêutica e ao reconhecimento das especialidades já atribuídas pela Ordem dos Farmacêuticos, que limitam o crescimento profissional destes farmacêuticos.

Estes exigem que todas as unidades do SNS devam adequar o número de farmacêuticos às necessidades e complexidade das atividades realizadas para combater as falhas de segurança no circuito do medicamento hospitalar, a sobrecarga de trabalho bem como a precariedade nos serviços farmacêuticos hospitalares.

Importa valorizar o farmacêutico e dar-lhe o devido reconhecimento pelo valor acrescentado ao bem comum. De facto, estes são responsáveis por assegurar a qualidade e a segurança dos serviços de farmácia hospitalar contribuindo decisivamente para a promoção da saúde das populações. Não podemos esquecer que a Farmácia Hospitalar se apresenta como uma componente essencial na atividade diária do hospital, sendo a sua performance um importante fator na garantia da qualidade da prestação de cuidados. E a sua performance será tanto melhor quanto mais valorizado for o desempenho do farmacêutico hospitalar.

¹ Diretor da revista Acta Farmacêutica Portuguesa